

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

IRMÃO DA LOJINHA DEFENDE AMBULANTES

A proibição de artistas, pedintes e ambulantes em semáforos voltou a ser tema da Tribuna Livre. Josinaldo Francisco Lira, o Irmão da Lojinha (MDB), que foi suplente de Márcio Cabelheiro (MDB) em julho, afirmou que vem recebendo diversas críticas vindas de ambulantes. "Nenhum pai de família pode trabalhar mais? É um absurdo os vereadores que aprovaram isso acabarem com os vendedores de bala no farol", protestou.

BILHETE ÚNICO NA TRIBUNA LIVRE

O munícipe Ueliton José Dias usou a Tribuna Livre para sugerir melhorias ao Bilhete Único. "Podiam contratar pessoas para vender as recargas em mais pontos espalhados pela cidade". O cidadão também propôs que o tempo de utilização do bilhete seja maior. "Sabemos que 1h30 não é suficiente para o usuário", afirmou.

CÂMARA HOMENAGEIA ESCOTEIROS

O vereador Cristiano Lopes (PSD) homenageou os grupos escoteiros da cidade em razão do Dia do Escoteiro, comemorado no dia 23 de abril. Em seu discurso, o escoteiro Vitor Peres afirmou que Jundiá possui sete grupos de escoteiros e pediu que o Legislativo e o Executivo dessem mais atenção aos escoteiristas jundiáenses. "Sempre encontramos portas fechadas quando pedimos ajuda a esses dois poderes", afirmou.

Câmara aprova nova reforma administrativa

BÁRBARA NÓBREGA MANGIERI
bmangieri@jj.com.br

Foi aprovada ontem, em sessão extraordinária na Câmara Municipal, uma nova proposta de reforma administrativa apresentada pela Prefeitura de Jundiá. O Projeto de Lei (PL) nº 12.512 visa adequar a lei 8.763, que instaurou a primeira reestruturação administrativa em março de 2017, para escapar da Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin), que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP). Na nova proposta, a descrição dos cargos foi modificada e quatro cargos foram criados para a pasta de saúde. Segundo fontes oficiais, não haverá necessidade de exonerações.

O PL 12.513, também aprovada durante a sessão extraordinária, que começou às 22h30, estende a reforma administrativa à Fundação Municipal de Ação Social (FUMAS) que, por ser uma autarquia, precisa de lei própria para ser reestruturada.

A proposição teve 15 votos favoráveis e um voto contrário, do vereador Rafael Purgato (PCdoB). Se abstiveram da votação os vereadores Wagner Ligabó (PPS), Cristiano Lopes e Edicarlos Vieira (ambos PSD). Em sua justificativa, Ligabó afirmou que o projeto



Três vereadores se abstiveram da votação e Rafael Purgato (PCdoB) votou contra a nova reforma administrativa

tramitou na Casa em caráter de urgência e não teve acesso ao texto. "É preciso ter acesso ao material antes de aprovar qualquer coisa", disse. A proposta chegou à Câmara na tarde de ontem e foi votada em sessão extraordinária, convocada às 20h.

Segundo a justificativa da lei, "a iniciativa visa resolver a celeutoma que constitui objeto da Adin, na qual foi concedida liminar para afastar os efeitos de descrições de alguns cargos criados pela Lei Municipal 8.763, objetivando modelar as atribuições questio-

nadas às funções de direção, chefia ou assessoramento e a perda do objeto da referida ação".

A reestruturação proposta pela prefeitura no início da gestão de Luiz Fernando Machado (PSDB) foi rejeitada pelo TJ-SP em dezembro de 2017, que aca-

tou a Adin apresentada pelo Procurador-Geral de Justiça, Gianpaolo Poggio Smanio.

O julgamento da Adin estava marcado para o último dia 11 de abril, mas foi adiado para que a Procuradoria de Justiça pudesse analisar o pedido de suspensão feito pela prefeitura. O desembargador Salles Rossi não anunciou nova data para analisar o processo.

ORDINÁRIA

A sessão ordinária, por sua vez, foi marcada por acusações e trocas de farpas entre munícipes e vereadores. A confusão se iniciou já na Tribuna Livre com a fala da munícipe Eliete Vanderli Massagardi, moradora do Residencial Jundiá. Ela acusou o vereador Edicarlos Vieira (PSD) de não cumprir suas promessas de campanha.

Eliete apresentou um panfleto com a imagem do vereador. "O folheto diz 'eu moro, eu cuido', mas ele nem pisa lá!", acusou. Ela diz que Edicarlos pediu votos no bairro durante a campanha e prometeu resolver uma questão relacionada a um terreno abandonado no bairro e a continuação da obra de uma creche, que o ex-prefeito Pedro Bigardi (PDT) não terminou e, segundo ela, continua abandonada na atual gestão.

ALESSANDRO ROSMAN